

/ Mallan vai aos EUA na segunda pedir novas opções para a dívida

O governo brasileiro concluiu ontem a análise das opções de renegociação da dívida externa apresentadas pelos bancos, mas ainda não está satisfeito com as opções dos credores. Na próxima segunda-feira, dia 19, o embaixador Pedro Mallan, negociador oficial da dívida pelo lado brasileiro, irá a Nova Iorque pedir ao Comitê de Bancos novas modificações na posição das instituições.

A principal solicitação do Brasil foi para que os bancos reduzissem a opção pelos "bônus ao par" e aumentassem a opção pelos "bônus de desconto". Na primeira opção, o Brasil tem que oferecer títulos do Tesouro Americano como garantia da dívida renegociada e de 12 meses de juros, sem ter direito a

nenhum desconto na dívida. Já no "bônus de desconto", o Brasil também paga as garantias de principal e juros, mas tem direito a 35% de desconto no valor da dívida.

Na primeira proposta, encaminhada no dia 15 de março, os bancos optaram por trocar 64,14% da dívida por "bônus ao par" e 18,2% por "bônus de desconto", distribuindo os outros 17,59% entre as outras cinco alternativas. No último dia 8 houve a resposta de 889 bancos, responsáveis por 98% dos US\$ 40 bilhões da dívida em negociação. Eles alteraram as opções para 59,82% em "bônus ao par" e 19,52% para "bônus de desconto".

O embaixador Pedro Mallan afirma que o Brasil não irá fixar

prazo para se chegar a um acordo, nem vai anunciar qual é a distribuição desejada pelo País. "É prematuro falar sobre isto agora. Em princípio, temos até a data de assinatura dos contratos para dizer se aceitamos ou não as opções dos credores", justifica. Pelo acordo assinado com os credores no ano passado, a data final para esta assinatura do acordo seria em 31 de julho deste ano, prorrogável para 30 de novembro.

Mallan ficará até o final da semana no Brasil, onde manterá contatos com o presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes, com o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e com os senadores, para avaliar os passos que o Brasil deve dar nesta negociação.

JORNAL DE BRASÍLIA

13 ABR 1993